

O “REDESPERTAR” DA HISTÓRIA POLÍTICA

Marco Antônio Machado Lima Pereira*

Resumo: Neste trabalho iremos abordar as principais contribuições de Pierre Rosanvallon e René Rémond para a renovação dos estudos em história política. Na segunda parte da apresentação, nossa proposta será rediscutir o conceito de "representação" à luz da psicologia social, mostrando em que medida tal conceito poderá abrir caminhos fecundos para os historiadores que privilegiam a esfera do político, uma vez que temas como a análise da natureza do poder e o exercício do poder político adquiriram um lugar privilegiado na produção historiográfica brasileira recente.

Palavras-chave: História Política, “Representação”, Psicologia Social.

Abstract: In this paper we approach the main contributions by Pierre Rosanvallon and René Rémond to the renewal of the Political History studies. In the second part, we aim at re-discussing the concept of “representation” drawing on the Social Psychology, in order to show how that concept can pave a fruitful way to those historians who prioritize political sphere, since themes like power nature analysis and the exercising of political power have acquired a privileged status in the Brazilian historiographical production nowadays.

Keywords: Political History, “Representation”, Social Psychology.

1. Pierre Rosanvallon: o projeto de reconstrução do social pelo político

No artigo intitulado “Por uma história conceitual do político”, o historiador e cientista social francês Pierre Rosanvallon propugna uma história do político vinculada ao campo das representações. Ademais, parte de seu intento consiste em enriquecer o debate sobre as inquietações que permeiam o âmbito do político, apontando novas perspectivas para um estudo que se pretende interdisciplinar e ancorado no campo conceitual. Segundo o autor, este estudo renovado do político requer um distanciamento da “história política tradicional” e do que se convencionou chamar de “história das idéias”, tendo em vista que “o declínio da história política tradicional foi também acompanhado pelo desenvolvimento da história das mentalidades políticas e sobretudo da sociologia política” (ROSANVALLON, 1986: 29). Para Rosanvallon, o diálogo travado entre especialistas de diferentes disciplinas, como François Furet, Bronislaw Backzo, Claude Lefort e Pierre Clastres, contribuiu de maneira significativa para o “redespertar” da história política, pois “o político não é para eles uma ‘instância’ ou um

* Mestrando em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Franca). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

‘domínio’ entre outros da realidade: ele é o local onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo” (1986: 30). Retomando a questão das balizas desta “nova história política”, Rosanvallon advoga que um dos principais problemas da “história tradicional das idéias” seria sua fraqueza metodológica, melhor dizendo, a ausência de uma problemática global. Para elencar tais problemáticas, o autor destaca os seguintes pontos: 1) A tentação do dicionário (“dicionários especializados de obras ou manuais de doutrinas políticas”); 2) A história das doutrinas (“É a própria noção de doutrina que está aqui em questão”); 3) Comparatismo textual (“uma cegueira sobre as diferenças de contextos nos quais as obras adquirem sentido. Comparam-se Adam Smith e Benjamin Constant como se suas obras procurassem responder à mesma questão”); 4) Reconstitutivismo (“A análise e o comentário têm neste caso por objeto político reescrever uma obra para organizá-la numa coerência e numa clareza que se reputa terem faltado ao autor”); 5) Tipologismo (“A história das idéias reduz-se nessas obras à confecção de uma espécie de vasto catálogo das escolas de pensamento e das doutrinas. {...} A arte da classificação substitui aqui o pensamento e a compreensão das obras”). Após assinalar as chamadas “cinco fraquezas da história das idéias”, Rosanvallon postula o objetivo central de uma história conceitual do político: “{...} compreender a formação e a evolução das racionalidades políticas, isto é, dos sistemas de representações que comandam a maneira como uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro” (1986: 33). Trata-se ainda de delimitar seu objeto, isto é, “identificar os ‘nós históricos’ em torno dos quais novas racionalidades políticas e sociais se organizam, representações do político modificam-se em relação às transformações nas instituições, nas técnicas de gestão e nas formas do relacionamento social” (1986: 34). Mais adiante, o autor assevera que é a esfera do político que articula o social e sua representação, sendo conceitual porque “é em torno de conceitos – a igualdade, a soberania, a democracia etc. – que se amarram e encontram inteligibilidade das situações e o princípio de sua ativação” (1986: 34). Por outro lado, no que diz respeito às questões de método, Rosanvallon aponta duas direções. Em primeiro lugar, o que o autor chama de abordagem “interativa”, que compreenderia a análise da “{...} maneira como uma cultura política, as instituições e os eventos trabalham uns aos outros, compondo figuras mais ou menos estáveis: análise das inclinações, dos afastamentos, dos recobrimentos, das convergências, dos vazios que acompanham esse trabalho e marcam nele equívocos ou as ambigüidades como formas de realização” (1986: 35). Já em sua dimensão “compreensiva”, a história conceitual do político estaria ancorada nas reflexões de Max Weber, uma vez que no campo histórico compreender implicaria “{...} reconstruir a maneira como os atores elaboram

sua compreensão das situações, assinalar as rejeições e as atrações a partir das quais eles pensam sua ação, desenhar a árvore dos impasses e das possibilidades que estrutura implicitamente seu horizonte” (1986: 35). Como sublinha o autor, o método de análise da história conceitual do político é o empático (empatia controlada = distanciamento = inserção dos testemunhos em seu contexto de produção), em que entram em cena o “trabalho de informação” (“que me torna capaz de avaliar os dados da situação na qual se encontrou um autor, bem como de apreender a estrutura do campo histórico-intelectual no qual ele amadureceu”) e o “trabalho de distanciamento” (“que me faça avaliar permanentemente a diferença entre minha própria situação e a do observado”) sempre articulado com a dimensão “interativa” e “compreensiva”, uma vez que “compreensão do passado e interrogação sobre o presente participam de um mesmo procedimento intelectual” (1986: 36).

2. René Rémond: em busca do político como campo de investigação histórica

A coletânea de artigos organizada por René Rémond intitulada “Por uma história política” certamente obteve ampla repercussão entre nós. Importante mencionar o ponto comum a todos os autores, a saber, a do político como domínio privilegiado de articulação do todo social. Com o objetivo de mapear os desafios e os principais problemas da área, Rémond propõe a defesa da história política, ressaltando sua importância para a compreensão do todo social. Partindo de uma análise historiográfica, o autor traça a trajetória da história política na França desde seu apogeu no século XIX, passando pelas críticas dos Annales até a recuperação de seu prestígio a partir da década de 1980. Em contrapartida, o autor “rebate as antigas acusações de que a história política só se interessa pelas minorias privilegiadas e negligencia as massas, de que seu objeto são os fatos efêmeros e superficiais, inscritos na curta duração, incapazes de fazer perceber os movimentos profundos das sociedades” (RÉMOND, 2003: 6-7). Contudo, a proposta da obra é investigar o retorno da história política, retorno marcado ora por “períodos prósperos” ora por “tempos de desgraça”. Como bem observa Rémond, a explicação dessas oscilações “está na relação entre a realidade observada e o olhar que a observa: cabe, pois, considerar alternadamente as mudanças que afetaram o político e as modificações ocorridas no espírito dos historiadores que preferiram fazer dos fenômenos políticos o objeto principal de seu estudo” (2003: 14). Para René Rémond, um dos fatores que explicaria o prestígio da história política junto aos historiadores durante séculos seria a própria presença do Estado, levando em conta que seria uma expressão

do sagrado em nossas “sociedades secularizadas”. Ao partilhar com Marc Bloch a assertiva de que “o historiador é sempre de um tempo”, Rémond sustenta que “o historiador de uma época distribui sua atenção entre os diversos objetos que solicitam seu interesse na proporção do prestígio com que a opinião pública envolve os componentes da realidade” (2003: 15). Mais adiante, Rémond sublinha a principal vocação do historiador, a saber, interrogar-se sobre o sentido dos fatos. Em seguida, o autor destaca o seu papel, qual seja, formular hipóteses explicativas. Dito isto, René Remond direciona suas críticas em direção a história política tradicional, que “permanecia uniformemente narrativa, escrava do relato linear, e no melhor dos casos, só temperava a mediocridade de uma descrição submetida à cronologia pelo talento eventual do autor, que então fazia com que sua obra se aparentasse mais com a literatura que com o conhecimento científico” (2003: 17). No trecho a seguir, o autor retoma o quadro traçado pela primeira geração dos Annales referente à história política tradicional:

Factual, subjetivista, psicologizante, idealista, a história política reunia assim todos os defeitos do gênero de história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência {...} Havia chegado a hora de passar da história dos tronos e das dominações para a dos povos e das sociedades. Quanto aos historiadores que tivessem a fraqueza de ainda se interessar pelo político, e praticar essa história superada, fariam o papel de retardatários, uma espécie em via de desaparecimento, condenada à extinção, na medida em que as novas orientações prevalecessem na pesquisa e no ensino (2003: 18-19).

De acordo com Rémond, essa recusa da história política nos moldes tradicionais guardava uma profunda relação com as novas orientações da pesquisa histórica e com a concepção de que a política em si não passava de uma “pequena coisa na superfície do real”, sobretudo, pois com o “advento da democracia política e social, o impulso do movimento operário, a difusão do socialismo dirigiam o olhar para as massas” (2003: 19). No entanto, na esteira das observações do autor, outros elementos atuaram no sentido de reintegrar os fatos políticos ao campo de observação histórica, tais como: 1) “a ampliação do domínio da ação política com o aumento das atribuições do Estado”; 2) “o desenvolvimento de um jornalismo político próximo da ciência política”; 3) “o surgimento de um gênero novo, o livro político”. Não só: estes elementos atuaram de forma tão positiva que hoje na França a história política desponta como um dos ramos mais ativos e fecundos da historiografia, graças a pressões externas (“a elevação progressiva do nível de compreensão, assim como das exigências do público em matéria de informação política”) e em função de uma reflexão crítica (“pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas”). Para fechar preliminarmente suas conclusões atinentes a este percurso, Remond sublinha a questão dos diálogos interdisciplinares, mormente com a sociologia, o direito público, a psicologia social,

a psicanálise, a lingüística, a matemática, a informática, a cartografia, a ciência política, como um dos pontos-chave do chamado “redespertar” da história política.

3. Denise Jodelet e a teoria das representações sociais em psicologia social

Para a professora da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris Denise Jodelet, criamos as representações porque sempre sentimos a necessidade de estarmos informados a respeito do mundo que nos cerca. Além de termos que nos ajustar a ele, torna-se também importante saber como nos comportar e mesmo dominá-lo física e intelectualmente, já que buscamos identificar e resolver os obstáculos que se apresentam. Dessa forma, frente “{...} a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou idéias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo” (JODELET, 2001: 17). Segundo Jodelet, é dessa maneira que podemos sustentar que as representações são sociais e tão fundamentais na vida cotidiana. Tais representações nos orientam na forma em que nomeamos e definimos de forma conjunta os diferentes aspectos da realidade diária, sobretudo na maneira como interpretamos esses aspectos, ao tomarmos decisões e, por conseguinte, ao adotarmos determinada postura frente a eles. De acordo com a autora, no estudo das representações sociais os pesquisadores se debruçam sobre fenômenos observáveis diretamente ou reconstruídos através de trabalhos científicos. Como bem observa Jodelet, através de instrumentos conceituais e metodológicos próprios, estamos falando de um domínio de pesquisa em expansão, visto que tais fenômenos vêm adquirindo um lugar privilegiado no campo das ciências humanas. Com o propósito de ilustrar de que maneira as representações sociais circulam nos discursos, isto é, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens provenientes dos meios de comunicação, Jodelet traça um quadro interessante a respeito do aparecimento da AIDS no início dos anos 1980. Na esteira das observações da autora, a ausência de referências médicas acarretou no surgimento de uma qualificação social da doença que, por conseguinte, tornou-se alvo de imagens construídas no espaço público (pela mídia e pela própria sociedade em geral). Em outras palavras, antes que “a pesquisa biológica trouxesse alguns esclarecimentos sobre a natureza da AIDS, as pessoas elaboraram teorias apoiadas nos dados de que dispunham, relativos aos portadores (drogados, hemofílicos, homossexuais, receptores de transfusões) e aos vetores do mal (sangue,

esperma)” (2001: 18). Jodelet lembra que o conhecimento que se tinha sobre a transmissão da doença e de suas vítimas deu margem a duas concepções, quais sejam, uma de tipo moral e social, outra de tipo biológico. Estas concepções influíram de maneira substantiva sobre os comportamentos, nas relações íntimas e, por último, para com as pessoas afetadas pela doença. No que concerne ao primeiro tipo de interpretação, Jodelet menciona o Brasil, “{...} onde a Conferência Nacional dos Bispos se levantou contra as campanhas governamentais de promoção do preservativo, qualificando a AIDS de consequência da decadência moral, castigo de Deus ou vingança da natureza” (2001: 18). Outro aspecto relativo à AIDS, levantado pela autora, atingiu o público de maneira decisiva: a sua transmissão através do sangue e do esperma. Não só: circularam versões de que o contágio poderia ocorrer também por meio de outros líquidos corporais além do esperma, como a saliva e o suor. Utilizando um exemplo histórico, Jodelet procura responder a contento a seguinte questão: de que maneira essas versões encontraram ressonância? Seguindo Jodelet, um acontecimento “surge no horizonte social, que não se pode mostrar indiferente: mobiliza medo, atenção e uma atividade cognitiva para compreendê-lo, dominá-lo e dele se defender. A falta de informação e a incerteza da ciência favorecem o surgimento de representações que vão circular de boca em boca ou pular de um veículo de comunicação a outro” (2001: 20). Deste modo, forjam-se “palavras portadoras de representação: aidético soa como ‘judaico’, ‘aidetório’ como ‘sanatório’ ou ‘crematório’, com um poder de evocação tal que induzem a enquadrar os doentes numa categoria à parte e a adotar ou justificar condutas de discriminação” (2001: 20-21).

Com efeito, o exemplo supracitado denota o nível de complexidade das representações sociais, mostrando de que maneira são ativados e como agem na vida social. Dado o seu grau de riqueza como fenômeno, Jodelet destaca seus diversos elementos:

informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc. Contudo, estes elementos são organizados sempre sob a aparência de um saber que diz algo sobre o estado da realidade. É esta totalidade significativa que, em relação com a ação, encontra-se no centro da investigação científica, a qual atribui como tarefa descrevê-la, analisá-la, explicá-la em suas dimensões, formas, processos e funcionamentos (2001: 21).

Tributário das reflexões de Durkheim no que tange às produções mentais sociais (“O que as representações coletivas traduzem é o modo como o grupo se pensa em suas relações com os objetos que os afetam”) e do psicólogo social Serge Moscovici sobre a especificidade dos fenômenos representativos nas sociedades contemporâneas, pelos quais os diferentes

grupos definem seus contornos e sua identidade, o conceito de “representação social” é definido da seguinte maneira: “é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (2001: 22). Vale ressaltar que este conceito é igualmente designado como saber de senso comum ou ainda “saber ingênuo”, natural, que, portanto, diferencia-se do conhecimento científico. De acordo com Denise Jodelet, em geral reconhece-se que

{...} as representações sociais – enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais (2001: 22).

Importante mencionar que no estudo das representações sociais o que está em jogo é a sua abordagem como produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento, ao mesmo tempo em que trata da elaboração psicológica e social dessa realidade. Em síntese, representar ou se representar diz respeito a um ato de pensamento pelo qual um sujeito se reporta a um objeto. Tal objeto poderá ser tanto um indivíduo como um acontecimento material, psíquico ou social, um fenômeno natural, uma idéia, uma teoria etc.; pode ser tanto real quanto imaginário ou mítico, mas é sempre necessário. Trocando em miúdos, não há representação sem objeto (2001: 22). Em seguida, Jodelet pontua os principais elementos que balizariam o estudo das representações sociais, um território que há mais de vinte anos vêm produzindo inúmeros debates no espaço acadêmico, através de matérias em revistas especializadas e mesmo trabalhos publicados: A) “a representação social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito). As características do sujeito e do objeto nela se manifestam”; B) “a representação social tem com seu objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações). Estas significações resultam de uma atividade que faz da representação uma construção e uma expressão do sujeito. Esta atividade pode remeter a processos cognitivos – o sujeito é então considerado de um ponto de vista epistêmico –, assim como a mecanismos intrapsíquicos (projeções fantasmáticas, investimentos pulsionais, identitários, motivações etc.) – o sujeito é considerado de um ponto de vista psicológico. Mas a particularidade do estudo das representações sociais é o fato de integrar na análise desses processos a pertença e a participação, sociais ou culturais, do sujeito. É o que a distingue de uma perspectiva

puramente cognitiva ou clínica. Por outro lado, ela também pode relacionar-se à atividade mental de um grupo ou de uma coletividade, ou considerar essa atividade como o efeito de processos ideológicos que atravessam os indivíduos”; C) “forma de saber: a representação será apresentada como uma modelização do objeto diretamente legível em (ou inferida de) diversos suportes lingüísticos, comportamentais ou materiais. Todo o estudo de representação passará por uma análise das características ligadas ao fato de que ela é uma forma de conhecimento”; D) “qualificar esse saber de prático se refere à experiência a partir da qual ele é produzido, aos contextos e condições em que ele o é e, sobretudo, ao fato de que a representação serve para agir sobre o mundo e o outro, o que desemboca em suas funções e eficácia sociais” (2001: 27-28). A seguir, Jodelet levanta três questões fundamentais que norteariam o espaço de estudo das representações sociais, como visualizamos a seguir: 1) “Quem sabe e de onde sabe?”; 2) “O que e como sabe?”; 3) “Sobre o que sabe e com que efeitos”? Num outro tópico da exposição, Jodelet chama atenção para a importância da comunicação social nos fenômenos representativos, sendo ela o vetor de transmissão da linguagem, portadora em si mesma de representações, que “{...} incide sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social, à medida que engaja processos de interação social, influência, consenso ou dissenso e polêmica” (2001: 32). Finalmente, a autora sustenta que a comunicação contribui sempre para forjar representações (cuja força acaba instaurando versões da realidade, comuns e partilhadas), na medida em que se tornam pertinentes para a vida prática e afetiva dos grupos. Para Jodelet, toda representação está calcada num processo de adesão e participação, elemento que a aproximaria da crença. A este respeito, a autora advoga que “há representações que cabem em nós como uma luva ou que atravessam os indivíduos: as impostas pela ideologia dominante ou as que estão ligadas a uma condição definida no seio da estrutura social” (2001: 32). Destarte, o lugar, a posição social que os indivíduos ocupam, bem como as funções que assumem “{...} determinam os conteúdos representacionais e sua organização, por meio da relação ideológica que mantêm com o mundo social, as normas institucionais e os modelos ideológicos aos quais obedecem” (2001: 33-34). Melhor dizendo, partilhar uma idéia ou uma linguagem é também afirmar um vínculo social e uma identidade. Neste sentido, há inúmeros exemplos que confirmam tal assertiva, sobretudo na esfera religiosa ou política, já que a partilha serve à afirmação simbólica de uma unidade e de uma pertença. Com efeito, a adesão coletiva contribui para o estabelecimento e o reforço do vínculo social (2001: 34). Mesmo nesses casos de determinação, em que podemos perceber a influência que os grupos exercem sobre o pensamento de seus membros, há a possibilidade deles desenvolverem até mesmo estilos de pensamento distintivos. Diante deste

quadro, Jodelet prossegue em suas observações sustentando que a representação preenche certas funções, tanto na manutenção da identidade social como no equilíbrio sociocognitivo a ela ligados. Dito isto, a autora chama o leitor a observar as defesas mobilizadas pela irrupção da novidade. Um exemplo curioso, além é claro do surgimento da Psicanálise – que foi sentida como uma ameaça por infringir valores e modelos de pensamento vigentes em diferentes grupos religiosos ou políticos – diz respeito à teoria marxista. Diversos agrupamentos políticos consideraram “[...] como perigoso o fato de se informar sobre a teoria marxista ou de falar dela, como se, com isso, corressem o risco de perturbar seus esquemas mentais” (2001: 35). No entanto, como sublinha a autora, nos casos em que a novidade é incontornável, “[...] à ação de evitá-la segue-se um trabalho de ancoragem, com o objetivo de torná-la familiar e transformá-la para integrá-la no universo de pensamento preexistente” (2001: 35).

Partindo de Piaget, Jodelet sustenta que para além do seu caráter prático, voltado para a ação e para a gestão da relação com o mundo, o fenômeno das representações caracteriza-se “como um modo de conhecimento sociocêntrico, a serviço das necessidades, desejos e interesses do grupo. Esta finalidade e o fato de a representação ser uma reconstrução do objeto, expressiva do sujeito, provocam uma defasagem em relação a seu referente” (2001: 36). Esta defasagem pode ser explicada devido à intervenção profunda e específica dos valores e códigos oriundos de uma coletividade, como também das implicações sociais e dos engajamentos sociais dos indivíduos (2001: 36). No nível dos conteúdos representativos, a defasagem opera em três momentos: distorções, suplementações e subtrações. No primeiro caso, o da distorção, “todos os atributos do objeto representado estão presentes, porém acentuados ou atenuados, de modo específico”. O segundo, o da suplementação, “consiste em conferir atributos e conotações que não lhe são próprias ao objeto representado, resulta de um acréscimo de significações devido ao investimento do sujeito naquilo e a seu imaginário”. No terceiro e último, a subtração “corresponde à supressão de atributos pertencentes ao objeto: na maior parte dos casos, resulta do efeito repressivo das normas sociais” (2001: 36-37). Seguindo Jodelet, o pesquisador apreende o conteúdo das representações – seja como campo estruturado ou como núcleo estruturante –, por duas vias. A primeira delas trata dos elementos que constituem as representações, tais como: informações, imagens, crenças, valores, opiniões, elementos culturais, ideológicos etc. Em seguida, esta análise “dimensional é completada pela pesquisa do princípio de coerência que estrutura os campos de representação: organizadores socioculturais, atitudes, modelos normativos ou ainda esquemas cognitivos” (2001: 38), visto que os processos de formação das representações explicam sua própria

estruturação. Para Jodelet, os conteúdos e a estrutura das representações sofrem desdobramentos graças à ancoragem, uma vez que esta última intervém ao longo do processo de formação das representações, assegurando sua incorporação ao social (2001: 38). Ademais, se por um lado “a ancoragem enraíza a representação e seu objeto numa rede de significações que permite situá-los em relação aos valores sociais e dar-lhes coerência” (2001: 38), de outro, ela “serve para a instrumentalização do saber, conferindo-lhe um valor funcional para a interpretação e a gestão do ambiente. Assim, dá continuidade à objetivação. A naturalização das noções lhes dá valor de realidades concretas, diretamente legíveis e utilizáveis na ação sobre o mundo e os outros” (2001: 39). Por conseguinte, a estrutura imagética da representação se torna guia de leitura, isto é, teoria de referência para compreendermos a realidade. Desta maneira, é importante mencionar o fato de que o debate em torno da temática das “representações” “[...] se ligam a discussões filosóficas já antigas e variadas, vinculam-se também a numerosas disciplinas na atualidade: sociologia, antropologia, história cultural, psicologia social, além de às ciências da linguagem e da comunicação, bem como à informática” (CARDOSO, 2000: 21). Localizada na interface entre a psicologia e a sociologia, a psicologia social trabalha não apenas as representações mentais no plano individual: “[...] a psicologia social deseja saber de que modo, partindo-se destas, chega-se à difusão de verdadeiras representações sociais (que por sua vez, integram estruturas maiores)” (CARDOSO, 2000: 25).

5. Referências Bibliográficas:

- BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: SIRINELLI, Jean François; RIOUX, Jean-Pierre. (org.) *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*. Setembro 1991/Agosto 1992, vol. 12, nº. 23-24: 07-18.
- BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. (org.) *Passés Recomposés: champs et chantiers de l’histoire*. Paris: Éditions Autrement, 1994. Resenha de: CHARTIER, Roger. *Faire de l’histoire vinte anos depois*. Le Monde dès Livres, 24/02/1995, p. I-IX. (Tradução de Afonso Carlos Marques dos Santos e José de Oliveira Tavares).
- CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. (org.) *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (org.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

JODELET, Denise. (org.) *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre. (org.). *História: novos problemas*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *História* (Universidade Estadual Paulista), 1996, vol. 15: 27-39.